



1 **Ata da 1ª Sessão Plenária Ordinária de 2016**
2 **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP**

3 Aos 21 de janeiro de 2016, no “Auditório Rosário I” do Hotel Confort Downtown, situado na Rua
4 Araújo, 141, São Paulo - SP, teve início às 14h a 1ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho de
5 Arquitetura e Urbanismo de São Paulo - CAU/SP, sob a direção do Presidente do Conselho
6 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**. Assinaram a lista de presença 63
7 (sessenta e três) participantes, dentre os quais 55 (cinquenta e cinco) conselheiros titulares, 3
8 (três) suplentes de conselheiro no exercício da titularidade, a saber, André Luiz Avezum,
9 Douglas Ellwanger, Ludimila de Fátima Biussi Afonso, e, ainda, o conselheiro federal do
10 CAU/BR por São Paulo, Renato Luiz Martins Nunes e o ouvidor do CAU/SP Affonso Risi. **A)**
11 **VERIFICAÇÃO DO QUÓRUM:** Foi verificado quórum de 42 (quarenta e dois) conselheiros
12 entre titulares e suplentes no exercício da titularidade para o início dos trabalhos. Para compor
13 à mesa, o Presidente convidou o Vice-presidente do CAU/SP Valdir Bergamini, o conselheiro
14 federal do CAU/BR por São Paulo Renato Luiz Martins Nunes e o ouvidor do CAU/SP Affonso
15 Risi. **B) ABERTURA DA 1ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/SP DE 2016. C)**
16 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Após a abertura da plenária e a execução
17 do Hino Nacional Brasileiro, o Presidente propõe o item D da pauta. **D) APROVAÇÃO DA ATA**
18 **DA 12ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 17/12/2015.** O Presidente **GILBERTO SILVA**
19 **DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** ressalta que a ata é produto de nova empresa
20 contratada através do último processo licitatório, prosseguindo, então, a votação, na qual é
21 **APROVADA** por unanimidade de 40 votos. O Presidente passa a palavra para o conselheiro
22 federal **RENATO LUIZ MARTINS NUNES** para os informes do CAU/BR, o qual inicia sua fala
23 informando que, a representante Gislaíne Vargas Saibro, do Rio Grande do Sul, é a nova 2ª
24 Vice-Presidente do CAU/BR no lugar do representante do Amapá. Continua informando que
25 agora é coordenador da Comissão de Política Profissional do CAU/BR, e convida os colegas a
26 apresentarem sugestões. Prossegue informando que a Comissão de Ética do CAU/BR está
27 fazendo um grande trabalho em cima das resoluções para consolidá-las em um único
28 documento aprimorado e atualizado, e que a campanha de reserva técnica se desdobrou de
29 maneira interessante no estado Mato Grosso, pois houve uma denúncia para o Ministério
30 Público acerca dos escritórios de cadastramento de arquitetos, no sentido de que, para o
31 Código de Defesa do Consumidor o arquiteto é vendedor por equiparação, respondendo
32 também à possíveis multas. Sendo assim, o Ministério Público e o CAU/BR firmarão um
33 convênio para cercar essa questão na campanha. Ademais, afirma que acompanhou o
34 presidente Haroldo Pinheiro, o coordenador da Comissão de Exercício Profissional Hugo
35 Seguchi e o presidente do CAU/CE, Odílio Almeida Filho, em uma reunião com toda a equipe
36 técnica da Caixa Econômica Federal sobre o que a tabela traz além dos números de
37 remuneração. A referida tabela traz uma série de documentos, normas e encaminhamentos
38 que “são de fundamental importância para o governo quando faz a contratação”. Por fim, a



39 Caixa Econômica Federal aceitou as colocações e vai repassar a tabela para todas as Caixas
40 do país, garantindo então, que, para qualquer dinheiro que sair delas para financiamento, além
41 dos 5% embutidos para razões sociais, o projeto estará lá. O conselheiro **LÚCIO GOMES**
42 **MACHADO** inicia sua fala afirmando que enviou um e-mail para o conselheiro federal no
43 sentido de que seria possível incorporar às normas e à tabela de honorários do CAU aos
44 cadernos da Secretaria Especial de Administração e Planejamento, (SEAP), referente a projeto
45 e obra, sendo muito mais detalhado do que a referente tabela, ressaltando que é necessário
46 consultar todos os CAUs para a complementação do caderno, pois ele foi feito há quase 20
47 anos. Além disso, acrescenta que isso seria um instrumento fantástico no sentido de
48 fiscalização objetiva acerca do que está sendo contratado e o que está sendo recebido, de
49 conhecimento para os estudantes recém-formados, e de entendimento do público sobre os
50 valores de honorários. O conselheiro federal **RENATO LUIZ MARTINS NUNES** responde que
51 recebeu o material e que é “*necessário acertar em casa essas divergências*”, e que uma das
52 principais direções desse trabalho é o ensino e o estudante tem que ter conhecimento disso. O
53 conselheiro **LÚCIO GOMES MACHADO** responde que não somente os projetos de arquitetura,
54 mas todos os complementares devem ser coordenados ou ter participação em sua elaboração
55 e ressalta que as barragens da Samarco só tinham projeto básico. O Presidente, então, passa
56 a palavra ao ouvidor **AFFONSO RISI**, o qual inicia sua fala afirmando que muitos colegas têm
57 protestado na ouvidoria contra a multa de 300% sobre os RRTs extemporâneos, demanda que
58 ele passou ao conselheiro federal para levá-la a Brasília e com a qual o ouvidor concorda, pois
59 são colegas que desenvolveram trabalhos anos atrás em órgãos públicos e não tinham o
60 hábito de recolher ou fizeram tipos de trabalhos nos quais não se podia recolher ART do
61 CREA. Ainda ressalta que, uma frase que recorrentemente acompanha as demandas é “*no*
62 *tempo do CREA isso era mais fácil, o CAU veio para atrapalhar*”, e que é preciso sensibilidade
63 para entender que a função do CAU não é atrapalhar a vida das pessoas, mas torná-la mais
64 prática, sendo necessário repensar alguns procedimentos. A conselheira **JACOBINA ALBU**
65 **VAISMAN** acrescenta ao que o ouvidor falou, no sentido de que há muita dificuldade e
66 reclamação quanto à dificuldade de se obter um CAT, uma vez que grandes empresas
67 contratam serviços de projeto e planejamento e terceirizam a consultoria para pequenos
68 escritórios ou ateliês mais especializados. Ainda ressalta que há recusa mesmo quando
69 apresentado o atestado de que o trabalho foi feito, remetendo o arquiteto até o primeiro
70 contratante para conseguir a documentação, o que aumenta a dificuldade principalmente em
71 obras públicas, pois a administração pública muda a cada 4 anos. Ademais, há atestados de
72 prefeituras ou planos diretores em que não constam a população ou tamanho do município,
73 fazendo com que os arquitetos recorram ao IBGE para fazer um documento de veracidade, o
74 qual mesmo assim não é aceito pelo CAU. Em outra situação, o arquiteto é contratado por um
75 grupo privado que compra um grande terreno, mas quem constrói efetivamente é um consórcio
76 econômico, que é quem fornece o atestado, não sendo, portanto, do primeiro contratante, o
77 que também causa recusa do CAT. Por fim, a conselheira pede que isso seja levado ao



78 CAU/BR, e ressalta que o CAU/SP é o maior conselho do Brasil, portanto a maior parte dos
79 problemas e dificuldades da área ocorrem no estado de São Paulo. O conselheiro **MÁRIO**
80 **YOSHINAGA** inicia sua fala pedindo ao ouvidor Affonso Risi que suprima as manchetes do
81 jornal Folha de São Paulo dos informes do CAU/BR, pois o acesso é restrito somente para
82 assinantes do jornal. Ademais, informa que apesar da felicidade de terem conseguido que um
83 centro de educação fundamental em Brasília seja construído através de um concurso público
84 de arquitetura, ao ler o termo de referência ficou decepcionado com a falta de objetividade por
85 parte do Ministério da Educação e do CAU, e prossegue em apontar uma série de aspectos
86 negativos do termo, ressaltando a importância de se pensar na escola como um local para a
87 comunidade. A conselheira **MÁRCIA MALLET MACHADO DE MOURA** inicia sua fala
88 afirmando que a multa de 300% do RRT extemporâneo está incluída na lei federal 12.378/10,
89 que criou o CAU, e que para o CAU/BR alterar a multa, ele deve entrar com um projeto
90 específico na Câmara para alterar a lei, pois não basta emitir uma resolução. Informa que a
91 Comissão de Exercício Profissional vai discutir as deliberações acerca do RRT extemporâneo e
92 do CAT, e fornece exemplos de casos em que o arquiteto não precisa emitir ou emite apenas
93 uma vez o RRT. Além disso, também afirma que alguns arquitetos são displicentes ou
94 desconhecem tais formalidades burocráticas e que o CAU tem um papel importante em
95 divulgação e cobrança nisso. Por fim, informa que a Comissão de Exercício Profissional
96 recebeu o pedido de duas arquitetas que estão com câncer e não conseguem pagar a
97 anuidade, destacando a necessidade de um dispositivo legal do CAU/BR para lidar com essa
98 situação, indicando exemplos de algumas normativas externas sobre o assunto e destacando
99 que todos estão sujeitos a tal situação. O conselheiro **CLÁUDIO ZARDO BÚRIGO** inicia sua
100 fala informando que o jornal realizou uma matéria sobre a revitalização do entorno do Mercado
101 Municipal considerando o patrimônio histórico, realizado pelo professor Paulo Pelegrino e Maria
102 Assunção, da USP, o que foi muito bem recebido pela comunidade em torno ao projeto.
103 Finaliza parabenizando os colegas pela boa contribuição à cidade. O conselheiro federal
104 **RENATO LUIZ MARTINS NUNES** retoma sua fala para solicitar que quem tiver sugestões e
105 espera desdobramentos que as envie informalmente, sem protocolo, para o e-mail do mesmo
106 ou outra pessoa do CAU para que isso não se perca. **E) INFORMES DO PRESIDENTE.** O
107 Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** inicia seus informes
108 dizendo que vão apresentar na próxima plenária o relatório de atividades e balanço da gestão
109 do exercício de 2015. Ademais, informa que foi solicitado a todos os coordenadores de
110 comissões, GTs, e comissões especiais que apresentem um pequeno relatório de suas
111 atividades para ser juntado ao referido relatório de 2015. Foi aprovado em plenária o
112 chamamento da sede do CAU/SP e foram recebidas duas propostas, as quais serão
113 analisadas pela comissão, caso não sejam satisfatórias um novo chamamento será aberto, e
114 se nesse novo chamamento ainda nenhuma proposta agrada será possível a compra direta de
115 um imóvel dentro das especificações colocadas pela comissão. Também, as sedes regionais
116 entrarão em novo processo de chamamento, com a finalidade de não mais dividir espaço e



117 localização com entidades associadas, como o Sindicato de Arquitetos, Instituto de Arquitetos,
118 Associação de Engenheiros e Arquitetos, iniciando pelas sedes de Santos, São José dos
119 Campos, e Campinas. Foi lançado um edital de concurso público visando a contratação de
120 uma empresa que traga propostas de planos de carreira para todos os funcionários do
121 CAU/SP, o que era reivindicação do Sindicato dos Funcionários de Autarquias Públicas. O
122 Presidente solicita que as Comissões Especiais apresentem um relatório com o que foi
123 trabalhado pela comissão no ano de 2015 e com a intenção de continuidade ou não dos
124 membros. Continua o Presidente informando que está em ação uma campanha com ampla
125 divulgação acerca do pagamento da anuidade do CAU, e que conseguiram que a Prefeitura de
126 São Caetano do Sul alterasse o edital para concurso público permitindo a participação de
127 arquitetos, mas não conseguiu a alteração do valor do salário profissional devido à legislações
128 municipais. Foi decidido pela plenária que, os arquitetos colaboradores que participarem dos
129 grupos de trabalho que não sejam conselheiros, terão sua diária readequada dentro do que
130 preza o regimento, que é uma proporção nos valores menores da diária dos conselheiros
131 estaduais. Foi divulgado no site a quantidade de atendimentos realizados pelo setor de
132 atendimento do CAU via telefone, e-mail e presencial, e prossegue o Presidente a fornecer
133 alguns dos números de 2015 referentes à solicitações de RRTs, CATs, e RRT extemporâneos.
134 Por fim, termina sua fala afirmando que na última plenária do CAU/BR foi aprovada a correção
135 monetária da diária para o valor de R\$ 810,00, e que as diárias do CAU/SP serão corrigidas
136 automaticamente em função dela. O conselheiro **JOSÉ BORELLI NETO** complementa dizendo
137 que essa correção foi publicada no Diário Oficial no dia 19, e que a diária será paga com o
138 valor antigo e posteriormente complementada a diferença. O conselheiro **ALTAMIR**
139 **CLODOALDO RODRIGUES DA FONSECA** pede a palavra para esclarecer os números de
140 atendimento informados pelo Presidente, pois um CAT é analisado mais de uma vez e cada
141 vez que um analista solicita uma nova documentação, o SICCAU a considera uma nova análise
142 no sistema, então os números às vezes matematicamente não casam. O Presidente
143 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**, inicia, então, a **ORDEM DO DIA:**
144 **1) INFORMES DA COMISSÃO ESPECIAL DA ORGANIZAÇÃO DA 2ª CONFERÊNCIA**
145 **ESTADUAL DE ARQUITETOS E URBANISTAS DO CAU/SP – BALANÇO DA**
146 **CONFERÊNCIA.** O conselheiro **RONALD TANIMOTO CELESTINO** inicia sua fala informando
147 que em reunião em 22 de dezembro de 2015, juntamente com Mesaque Araújo da Silva e a
148 funcionária Loany de Deus Sgroi, chegaram à conclusão de que faltavam alguns dados para
149 fechar totalmente a apresentação da conferência para janeiro, tendo o conselheiro solicitado
150 que fosse transferida para a primeira reunião de fevereiro. Continua dizendo que o plano de
151 gestão de 2016 já foi feito juntamente com Mesaque e estará compondo o relatório de 2015 de
152 todas as comissões, mas devido às férias ainda inacabadas da funcionária que auxiliaria na
153 montagem da apresentação em Power Point, o conselheiro solicita o encaixe da referida
154 apresentação na próxima reunião ordinária. O Presidente, então, passa ao item **2)**
155 **APRESENTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES Nº 01/2015 E Nº 02/2015 DA COMISSÃO**



156 **PERMANENTE DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL.** O coordenador da Comissão de Exercício
157 Profissional, **EDMILSON QUEIROZ DIAS**, toma a palavra para explicar a **Deliberação**
158 **01/2015**, a qual foi desenvolvida para criar parâmetros de desenvolvimento dos trabalhos do
159 CAU e se deu através de um relato de um membro da comissão, o que foi discutido, aprovado
160 e assinado por todos os membros da Comissão. O norte foi a necessidade de analisar, de
161 maneira célere e isonômica, com a preocupação de desburocratizar, a grande quantidade de
162 documentações de RRT extemporâneos solicitados. Nesse sentido, quando eventualmente um
163 arquiteto não consegue ser atendido, é solicitado uma complementação da documentação
164 faltante, ao menos duas das doze totais, se iniciando o processo com o preenchimento de uma
165 documentação própria da plataforma do SICCAU, tornando o trabalho ágil e fornecendo um
166 tratamento igualitário a todos. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA**
167 **BELLEZA** questiona o que se entende por certificado, segundo item dos documentos
168 solicitados. O conselheiro **EDMILSON QUEIROZ DIAS** responde que pode ser certidão de
169 conclusão ou o Habite-se, mas que irão deixar mais claro o que é. Prossegue informando que é
170 solicitado requerimento específico no SICCAU, conforme a resolução nº 91, e que para
171 aprovação de atividade efetiva referente ao RRT extemporâneo o profissional deverá
172 apresentar comprovante fornecido por contratante ou autoridade competente, no caso de
173 serviços públicos. Caso contrário, será necessário apresentar ao menos dois, dos doze
174 documentos solicitados: o contrato de prestação de serviço, o certificado, documentos internos
175 da empresa ou órgão público que possam comprovar a movimentação dos serviços, portaria de
176 nomeação ou designação de cargo e função quando se tratar de profissional a serviço de
177 empresas públicas ou do serviço público, ordem de serviço ou de execução, a publicação
178 técnica do trabalho. A conselheira **MÁRCIA MALLET MACHADO DE MOURA** informa que os
179 RRTs extemporâneos são normalmente solicitados quando o arquiteto quer participar de uma
180 licitação, e que quando um arquiteto faz um trabalho para uma pessoa jurídica ele irá precisar
181 de uma Certidão de Acervo Técnico. Já para pessoa física, ele tira a certidão no SICCAU, mas
182 sem atestado, pois a lei 8.666 não permite que obras feitas para contratantes, que sejam
183 pessoa física, tenham Certidão de Acervo Técnico com atestado. Por outro lado, as obras para
184 pessoas jurídicas muitas vezes são para a administração pública e geram publicações
185 técnicas, e em sua própria página muitas vezes é publicado um escopo da obra ou uma
186 publicação citando o arquiteto que a fez, as quais são aceitas. A Conselheira esclarece que
187 todos os documentos necessários advêm de uma resolução do CAU/BR, com a exceção de
188 testemunha, por ser considerado algo muito informal, e que através dessa resolução a
189 Comissão de Exercício Profissional tem a atribuição de sugerir diligências, requisitar outros
190 documentos, como também não aceitar documentos sem comprovação, como sem assinatura
191 ou somente com um visto, sem nome, RG ou CPF. Por fim, explica que por essa razão o
192 arquiteto deve comprovar que é habilitado para assinar pela empresa, que as documentações
193 para RRT extemporâneos são maiores do que as para Certidão de Acervo Técnico, e que isso
194 seria a publicação técnica. O conselheiro **EDMILSON QUEIROZ DIAS** agradece a explanação



195 e retoma sua fala dizendo que na Resolução 91, artigo 16, está exatamente dessa forma e
196 retoma o rol de documentos necessários, quais sejam: correspondências trocadas entre as
197 partes contratantes, inclusive por meio eletrônico, o diário de obra, as cópias do projeto ou do
198 produto resultante do serviço, registros fotográficos, termo de recebimento provisório ou
199 definitivo e ainda notas fiscais de prestação de serviço perfazendo o valor total do contrato
200 realizado apresentado e/ou o recibo de profissional autônomo, a RPA. O Presidente
201 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** questiona se a ideia é pegar a
202 contribuição dos conselheiros ou se é apenas uma apresentação, sendo respondido pelo
203 conselheiro Edmilson Dias que pela Resolução 104 corre no âmbito da Comissão e serve de
204 parâmetro para o trabalho dela. O conselheiro **MARCELO MARTINS BARRACHI** sugere que
205 seja levado ao departamento jurídico enquanto a Comissão de Exercício Profissional fizesse
206 uma reunião munida das legislações e normas para trazer posteriormente uma proposta mais
207 concreta para a plenária. A conselheira **JACOBINA ALBU VAISMAN** acha oportuna a posição
208 do conselheiro Marcelo Barrachi, mas diz que o coordenador da referida Comissão necessita
209 de apoio para entender o que está sendo pedido, e que no rol de documentos somente faltou o
210 item de delação premiada. O conselheiro **LÚCIO GOMES MACHADO** complementa a fala do
211 conselheiro Marcelo Barrachi discordando parcialmente dela, afirmando que não é uma
212 questão de sugestão, mas sim de dever, pois pelo regimento interno esse tipo de deliberação
213 deve necessariamente passar pela Comissão de Legislação e Normas, que irá emitir parecer, e
214 então chegará à discussão em plenária. Sendo assim, o conselheiro solicita a retirada das duas
215 análises de deliberações da pauta, sugere que a Comissão de Exercício Profissional continue a
216 usar esses parâmetros como norma interna até acharem uma solução, e também sugere que a
217 Comissão de Legislação e Normas promova uma reunião conjunta com sua correspondente no
218 CAU/BR e com a Comissão de Exercício Profissional para trabalharem em conjunto para que
219 essas normas e o que pode ou não ser aceito como comprovação tenha abrangência nacional
220 a fim de evitar o caos. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA**
221 **BELLEZA** enfatiza que, o que entendeu da apresentação de documentos da Comissão é que
222 somente dois dos itens serão solicitados. O conselheiro **MÁRIO YOSHINAGA** inicia sua fala
223 afirmando que na época do CREA registrou dois trabalhos recolhendo uma ART e enviando
224 para análise do CONFEA, que em caso precedente publicava no Diário Oficial, assegurando a
225 autoria em nível nacional. Nesse sentido, questiona como será o procedimento agora no CAU,
226 pois tem alguns trabalhos para registrar como autor, mas com direitos de autoria e não apenas
227 um registro no RRT. A conselheira **BERTHELINA ALVES COSTA** inicia sua fala dizendo que a
228 Comissão pode deliberar sobre a organização interna, quais formulários usar, como agrupar
229 documentos para análise, mas a partir do momento em que se tornam critérios e exigências de
230 documentação que afetam a categoria de dentro para fora passa a ser questão do Conselho.
231 Mas, ressalta que se deve evitar aumentar ainda mais as dificuldades que os arquitetos
232 enfrentam para participarem de licitações e concorda com a sugestão do conselheiro Lúcio
233 Machado de sentarem e se reunirem para elevar a conversa a um âmbito nacional. Por fim,



234 retoma o diagnóstico apresentado pela ouvidoria e fala que a multa definida é para
235 irregularidade, mas se acham que a multa de 300% é indevida é necessário discutir o que é
236 regular e o que é irregular. O conselheiro **RONALD TANIMOTO CELESTINO** solicita
237 esclarecimento quanto à informação de que não teria que passar pela plenária. Ademais, ele
238 entende que o país está passando por uma crise geral de credibilidade, mas acredita que
239 deveria valer a declaração do arquiteto dizendo que é autor e dando todos os detalhes
240 técnicos, até que provem o contrário. Ao final, concorda com o encaminhamento dos
241 documentos solicitados, pois são apenas dois de toda a lista e atendem plenamente a
242 necessidade dos arquitetos no dia a dia. A conselheira **MÁRCIA MALLET MACHADO DE**
243 **MOURA** inicia sua fala explicando que a Resolução nº 30 do CAU/BR em seu segundo artigo
244 dispõe sobre os atos administrativos que serão expedidos pelo próprio CAU/BR e pelos
245 CAUs/UFs, definindo que *“deliberação, ato administrativo de competência do CAU/BR e dos*
246 *CAUs/UFs de caráter normativo ou decisório, podendo ser, A, deliberação plenária quando*
247 *expedida pelo plenário, B, deliberação de comissão quando expedida por comissões*
248 *permanentes ou especiais.”* A conselheira afirma que isso quer dizer que não somente a
249 Comissão de Exercício Profissional pode deliberar assuntos de sua comissão, mas sim
250 qualquer comissão do CAU/UF e CAU/BR, decisão essa que será emitida após análise do
251 relatório e voto do conselheiro relator sobre a matéria. Prossegue a conselheira dizendo que a
252 Resolução nº 104, em seu artigo 14, define que a *“deliberação será emitida pelo CAU/BR e*
253 *pelos CAUs/UFs e será classificada em deliberação plenária ou deliberação de comissão”,* e
254 que *“as deliberações plenárias e de comissão serão redigidas e assinadas conforme expressa*
255 *o manual de elaboração dos atos de competência do CAU”*. Ademais, expõe que não há
256 necessidade de envio para a Comissão de Legislação e Normas e que como o regimento do
257 CAU/SP ainda não foi homologado pelo CAU/BR, eles se baseiam no regimento deste último, o
258 qual define as competências quanto às deliberações de comissões em seus artigos 12, 28, e
259 32. Por fim, a conselheira lembra à Comissão de Legislação e Normas que encaminhou há um
260 ano e três meses para análise dela um trabalho referente à análise dos processos de
261 fiscalização que pudessem vir em segunda instância para a plenária, mas até hoje não obteve
262 resposta, pedindo, portanto, uma resposta. A conselheira **DÉBORA PINHEIRO FRAZATTO**
263 inicia sua fala afirmando que a leitura que ela fez é que a Resolução 91, que dispõe sobre o
264 Registro de Responsabilidade Técnica referente a projetos, obras e demais serviços técnicos
265 no âmbito de arquitetura e urbanismo, é muito aberta e dúbia, não definindo uma série de
266 procedimentos, que são delegados à deliberação dos CAUs/UFs. Continua dizendo que
267 concorda com o conselheiro Lúcio Machado, pois cada CAU/UF pode pedir quantos
268 documentos quiser do rol citado de doze documentos necessários, não havendo um padrão
269 nacional. Por fim, afirma que é favorável a trazer essa discussão ao plenário e que é
270 necessário respeitar o profissional e tratá-lo de maneira isonômica em todo o país. A
271 conselheira **MÁRCIA MALLET MACHADO DE MOURA** retoma a palavra dizendo que fizeram
272 uma reunião com as Comissões de Exercício Profissional no CAU/BR, e encaminharam esse



273 material para o mesmo, pois toda deliberação deve ser enviada ao CAU/BR devido à questão
274 de isonomia entre os CAUs. Não foi criado nenhum documento nessa deliberação da
275 Comissão fora do que existe na Resolução, mas sim sua função foi auxiliar o funcionário da
276 diretoria técnica a analisar mais rapidamente aquela documentação. A Conselheira também
277 concorda que o CAU/SP é sempre um exemplo, pois tudo acontece nele devido à alta
278 quantidade de profissionais e à grande dinâmica. O Presidente **GILBERTO SILVA**
279 **DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** pede a orientação do setor jurídico quanto ao assunto.
280 O **DOUTOR JOSÉ RODRIGUES GARCIA FILHO** inicia sua fala dizendo que na questão da
281 Comissão de Legislação e Normas, sem análise mais profunda, é do entendimento do jurídico
282 que deveria ser submetido porque está no Regimento Interno, que ainda não foi declarado
283 inválido, então qualquer comissão teria submeter suas deliberações à Comissão que existe
284 para essa finalidade. A questão do mérito da Resolução não foi analisada pelo jurídico, mas
285 pelo o que está sendo apresentado em princípio não haveria problema, pois não há alteração
286 relevante em relação à resolução nacional, apenas um esclarecimento ou um texto. Mas,
287 aparentemente há uma alteração, pois, a Resolução nacional dá um rol exemplificativo,
288 *"qualquer documento entre outros, esse e esse"*, enquanto na deliberação está dizendo *"esses*
289 *documentos, e pelo menos dois"*. Ou seja, a Resolução nacional permite, mas essa não. A
290 conselheira **MÁRCIA MALLET MACHADO DE MOURA** interrompe e afirma que entende que a
291 Resolução diz que a Comissão de Exercício Profissional pode solicitar outros documentos, mas
292 o funcionário não. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**
293 entende que a Comissão trouxe essas duas resoluções para conhecimento do plenário, o qual
294 indicaria que fossem encaminhadas à Comissão de Legislação e Normas, posteriormente ao
295 jurídico, para então retornar ao plenário para tomada de decisão. Enquanto o trâmite é feito, a
296 Comissão continua agindo da mesma maneira e a questão continua sendo tratada como está
297 até ser aprovada em plenária, quando se torna decisão definitiva. O **DOUTOR JOSÉ**
298 **RODRIGUES GARCIA FILHO** faz a ressalva de que a resolução deixa em aberto, *"olha, eu*
299 *vou dar um exemplo, esses, mas qualquer documento que traga informação suficiente serve"*.
300 Então, sugere que, enquanto não há deliberação definitiva, se algum arquiteto entregar um
301 documento que tenha as informações necessárias para análise técnica isso seja aceito e
302 posteriormente revisado. A conselheira **MÁRCIA MALLET MACHADO DE MOURA** afirma que
303 a deliberação segue todo o rito do manual de elaboração de documento administrativo, que é
304 idêntico tanto para deliberação de uma comissão quanto de uma plenária, e que a hora em que
305 a deliberação de comissão é aprovada por uma plenária ela se torna deliberação plenária, que
306 só pode ser alterada por meio de outra plenária. O Presidente **GILBERTO SILVA**
307 **DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** diz que não estão aprovando ela na plenária. A
308 conselheira **MÁRCIA MALLET MACHADO DE MOURA** diz que deveriam ver juridicamente
309 somente pelas contribuições, pois qualquer coisa que possa ocorrer depois tem de ser
310 aprovada em plenária novamente. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE**
311 **OLIVEIRA BELLEZA** diz que a ideia não é aprovar hoje, mas houveram contribuições em



312 relação a essa questão que serão encaminhadas à Comissão de Legislação e Normas e ao
313 jurídico. Ademais, a referida Comissão sugere uma reunião conjunta junto com a Comissão de
314 Exercício Profissional para debater essas questões, e irá preparar uma documentação que
315 será apresentada à presidência e trazida para aprovação na plenária. O conselheiro
316 **MARCELO MARTINS BARRACHI** questiona se é possível colocar extra pauta para a
317 plenária aprovar uma reunião extraordinária entre as comissões. O Presidente **GILBERTO**
318 **SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** afirma que isso é papel da presidência, a qual
319 pode autorizar sem o plenário. O conselheiro **LÚCIO GOMES MACHADO** diz que a
320 conselheira Márcia Mallet afirmou que o regimento do CAU/SP não é válido porque não foi
321 homologado pelo CAU/BR, e questiona o doutor José em relação a isso. O **DOUTOR JOSÉ**
322 **RODRIGUES GARCIA FILHO** responde que o regimento é válido e está regulamentando todos
323 os atos praticados sob sua égide enquanto não houver uma decisão ou alteração contrária,
324 seja interna ou por outra via. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA**
325 **BELLEZA** indica que o encaminhamento será enviar as duas propostas para a Comissão de
326 Legislação e Normas e para o jurídico, além de autorizar a realização de uma reunião conjunta
327 entre a Comissão de Legislação e Normas e a Comissão de Exercício Profissional para tratar
328 dessas duas questões, para enfim encaminhar ao CAU/BR. O conselheiro **EDMILSON**
329 **QUEIROZ DIAS** complementa dizendo que tudo na deliberação da Comissão foi feito
330 estritamente baseado nas Resoluções 30, 31, 91, e 104, e entende que a deliberação 002 não
331 deve ser discutida agora, visto que irá para análise do jurídico e da Comissão de Legislação e
332 Normas, e que deve continuar valendo até a decisão, afim de não paralisar os trabalhos. O
333 Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** concorda com o
334 conselheiro Edmilson Dias, e afirma que a Comissão de Exercício Profissional trouxe para o
335 plenário uma possibilidade positiva de todos se aprofundarem nos aspectos do trabalho dentro
336 do Conselho, assim como o ouvidor e o próprio Presidente fizeram colocações nesse sentido.
337 Além disso, também fala que o que está sendo feito é um avanço em relação às decisões que
338 estão sendo tomadas, e que há um grande trabalho da própria Comissão, que será
339 assessorada pela Comissão de Legislação e Normas, pelo jurídico, e posteriormente por todos
340 os conselheiros, afim de tomar uma decisão definitiva. O conselheiro **EDMILSON QUEIROZ**
341 **DIAS** retoma a palavra falando que entende que as Resoluções nº 003 e 004 também devem
342 receber aval para continuarem sendo utilizadas, porque é um suporte necessário. O Presidente
343 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** responde que como elas não
344 estavam pautadas ele não poderia, mas vai colocar as duas juntas. **3) PRORROGAÇÃO DE**
345 **PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSOS ÉTICOS.** O Presidente **GILBERTO SILVA**
346 **DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** prossegue à próxima ordem do dia, a prorrogação de
347 prazo de julgamento dos processos oriundos do CREA devido à sobrecarga da Comissão de
348 Ética, quais sejam: 10000008587/2914, ED-1000013744/2014, ED-1000016423/2015, ED-
349 03/2015, ED-04/2015. O Presidente questiona a Conselheira Rosana Ferrari sobre quantos
350 dias será prorrogado. A conselheira **ROSANA FERRARI** responde que a prorrogação prevista



351 na Resolução nº 34 é de 120 dias. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE**
352 **OLIVEIRA BELLEZA** inicia a votação, na qual a prorrogação é **APROVADA** pela unanimidade
353 de 45 votos a favor. **4) RENÚNCIA DOS MEMBROS TITULARES, CONSELHEIRO ROGÉRIO**
354 **BATAGLIESI E CONSELHEIRA JACOBINA ALBU VAISMAN, DA COMISSÃO**
355 **PERMANENTE DE ÉTICA E DISCIPLINA E APROVAÇÃO DE DOIS MEMBROS**
356 **SUBSTITUTOS.** O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**
357 explica que devido à renúncia dos conselheiros Rogério Batagliesi e Jacobina Vaisman da
358 Comissão Permanente de Ética e Disciplina, os conselheiros Éder Roberto da Silva e Eduardo
359 Habu sobem para a titularidade e é necessário eleger dois novos conselheiros suplentes. Inicia,
360 então, a apresentação de nomes ao plenário. O Diretor de Relações Institucionais **CARLOS**
361 **ALBERTO SILVEIRA PUPO** sugere o nome da colega Claudete Lopes. A conselheira **ANITA**
362 **AFFONSO FERREIRA SILVEIRA** sugere o nome da colega Márcia Dino. O conselheiro **RUY**
363 **DOS SANTOS PINTO JUNIOR** diz que está disponível e se sugere. O Presidente **GILBERTO**
364 **SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** inicia a votação, tendo Claudete Lopes
365 recebido 36 votos, Ruy dos Santos 25 votos, e Márcia Dino 21 votos, sendo, portanto, eleitos
366 os dois primeiros como primeiro e segundo suplentes, respectivamente. **5) INFORMES DA**
367 **DIRETORIA ADMINISTRATIVA.** O Diretor Administrativo **LUIZ FISBERG** inicia sua fala
368 explicando que a Diretoria Administrativa é estruturada em quatro departamentos, atendimento
369 ao profissional, recursos humanos, patrimônio e compras, tecnologia da informação, e atua em
370 três linhas principais, infraestrutura, suporte para as demais diretorias para o desenvolvimento
371 das atividades cotidianas do Conselho, e atendimento aos profissionais. Prossegue o Diretor
372 apresentando as formas de atendimento do Conselho: o atendimento telefônico, principal deles
373 com 31.000 atendimentos; o atendimento presencial, geralmente para profissionais que tem
374 dificuldade em acessar alguma coisa ou preencher um boleto; o atendimento por e-mail; as
375 coletas biométricas; e o novo atendimento via portal através de um sistema de chat, o qual teve
376 estreia em maio e conta com uma média de 100 atendimentos mensais. O maior número de
377 atendimentos continuam sendo questões ligadas ao RRT e ao CAT, com 30% dos
378 atendimentos, seguido por atendimentos referentes a registro de pessoa física, carteira
379 profissional, anuidades, comunicação, revistas, dentre outros. Em 2015 foram requeridas 5.000
380 demandas de registro, das quais 3.500 foram efetivados, enquanto os outros 1.500 restam
381 pendentes por questões pequenas de falta de documentação, tendo os picos sido registrados
382 durante o período de colação, após os meses de agosto e setembro. Ademais, informa o
383 Diretor que em 2015 o setor de atendimento trabalhou cerca de 8 horas por dia, e que como o
384 trabalho de atendimento telefônico é extremamente estressante o horário de trabalho foi
385 reduzido para 6 horas diárias, mas a equipe foi ampliada em dois grupos de trabalho. Agora o
386 atendimento é até às 18 horas, ao invés de 17, e os atendentes passam apenas 4 horas no
387 atendimento telefônico, passando para o atendimento via e-mail ou para leitura de resoluções e
388 discussões levantadas pelos profissionais. Além disso, foi iniciada a coleta biométrica itinerante
389 para atendimento aos profissionais das regionais, com quatro máquinas de coleta no total,



390 ficando duas na sede, uma em caráter permanente e a outra à disposição para eventos ou
391 feiras, e as outras duas à disposição das regionais em um sistema de rodízio. Também foi
392 terminado o projeto de curso do SICCAU para profissionais de arquitetura, o qual teve 200
393 inscritos, gerando 8 turmas, e agora o calendário de 2016 já está sendo pensado para também
394 incluir as sedes regionais. Foi retomado o trabalho em conjunto com a ouvidoria do CAU/BR
395 para implantação da futura rede integrada de atendimento. Foi implantado um sistema de
396 atendimento direto via chat no portal, o que foi expandido para as unidades de atendimento de
397 todas as diretorias. Em termos de demandas, houve cerca de 714 chamados durante o ano,
398 chegando a picos de 94 por mês, e apenas 24 delas passaram para o ano de 2016. Foram
399 realizadas ações com objetivo de minimizar os problemas e melhorar o relacionamento com o
400 suporte do SICCAU em nível nacional, sendo uma das medidas considerar um representante
401 eleito do plenário para fazer parte do colegiado que atua na governança nacional do SICCAU,
402 o qual é coordenado por 4 ou 5 presidentes. Sendo assim, o conselheiro Renato Nunes foi
403 eleito o representante no colegiado. Foram realizadas reuniões entre a equipe técnica do
404 SICCAU, a ouvidoria, e o CAU/SP, tanto em Brasília como em São Paulo. Foram realizadas
405 quase 100 licitações em 2015 na área de compras, sendo 64 delas como dispensa de licitação,
406 tendo como principais exemplos de processos de compras já finalizados: serviços gráficos,
407 contratação de uma empresa de passagem aérea, plano de saúde, já comunicado pelo
408 Presidente na última plenária, organização de eventos, como as plenárias e coffee breaks,
409 votação interativa, serviços de transcrição de áudio e elaboração de atas. Por fim, informa o
410 Diretor que a parte de comunicação está em fase final de exame, e o plano de cargos, carreira,
411 e remuneração já está em andamento. **6) VOTAÇÃO DE LICENÇA MÉDICA PARA A**
412 **CONSELHEIRA MARIA RITA AMOROSO.** O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE**
413 **OLIVEIRA BELLEZA** afirma que a conselheira Maria Rita Amoroso solicitou licença de 6
414 meses, até primeiro de julho de 2016, por motivos médicos, período no qual assumiria seu
415 suplente Douglas Ellwanger. O Presidente, então, inicia a votação, na qual a licença é
416 **APROVADA** por unanimidade com 38 votos. **7) PALAVRA DOS CONSELHEIROS.** O
417 conselheiro **LÚCIO GOMES MACHADO** toma a palavra e diz ter preocupação com a
418 percepção dos arquitetos em relação às funções do CAU, visto que o acham pouco presente.
419 Sendo assim, afirma ser necessário uma comunicação mais agressiva para divulgar as
420 atividades, especialmente na área de fiscalização. Nesse sentido, sugere que cada newsletter
421 do CAU tenha uma pequena coluna com um exemplo de autuação sem o nome dos envolvidos
422 para que se crie uma cultura do que é o objeto fundamental do Conselho. O conselheiro
423 também afirma que vários colegas arquitetos viram através do site que há abusos na
424 quantidade de áreas e quilometragens pagas, e que isso é um absurdo e muito ruim para a
425 imagem do Conselho. Prossegue dizendo que deveria haver uma norma que determinasse que
426 para um conselheiro ir a uma reunião externa ele tenha que ter algum trabalho a ser
427 apresentado, com conhecimento de outros conselheiros, afim de evitar que colegas
428 despreparados recebam diária e passagem para não apresentar documento algum. Por fim,



429 sugere que o CAU estabeleça convênios com outras entidades de cunho público, como o
430 Ministério Público, o Instituto Ethos, e a FIESP, para ampliar as atividades do Conselho para o
431 mundo externo à profissão e divulgar a imagem de que a fiscalização da profissão é a defesa
432 da sociedade, e dá o exemplo de órgãos como o Tribunal de Contas do Estado, que faz
433 licitações e concursos públicos que não consideram o CAU e suas atribuições profissionais. A
434 conselheira **MIRTES MARIA LUCIANI**, coordenadora do GT Meio Ambiente, inicia sua fala
435 afirmando que o grupo começou a se reunir em julho de 2015, quando definiram duas linhas de
436 trabalho, uma produção mensal e uma produção mais contundente do ponto de vista da
437 atuação profissional. Assim sendo, todo mês é publicado um boletim no site, prosseguindo a
438 conselheira a relatá-los. O boletim do mês de julho foi uma leitura acerca da legislação em
439 votação no Congresso Nacional e quais dessas leis implicam no meio ambiente,
440 especificamente São Paulo. Em julho escreveram sobre os mananciais metropolitanos da crise
441 hídrica, solicitando aos arquitetos que participassem dos comitês de bacia que estavam
442 ocorrendo. Em agosto publicaram sobre a sustentabilidade da arquitetura e urbanismo. Em
443 novembro escreveram sobre a COP 21, os desafios da construção sustentável e a atuação
444 profissional do arquiteto. Em dezembro fizeram um boletim anunciando que as boas práticas
445 deveriam ser encaminhadas para esse mesmo GT para que possam divulgar os trabalhos dos
446 colegas, eventualmente publicando esses trabalhos nos boletins. Em janeiro será publicado um
447 artigo sobre resíduos sólidos com link com a Resolução 51. Por fim, informa a conselheira que
448 desenvolveram um convênio com a Secretaria do Meio Ambiente que deverá ser assinado em
449 fevereiro, acerca da criação de um caderno que possa apoiar os arquitetos na atuação do
450 licenciamento ambiental, e convida os colegas a comparecerem ao seminário que ocorrerá na
451 manhã da próxima plenária, visando criar um link com o seminário executado pelo GT Estatuto
452 da Metrópole, tendo sido convidados técnicos da Secretaria do Meio Ambiente e o professor
453 Irineu Edoeta, da base de aerofotobiometria, o qual irá falar sobre um olhar sobre o território e
454 instrumentos geoambientais para projetos urbanísticos. A conselheira **DÉBORA PINHEIRO**
455 **FRAZATTO** inicia sua fala informando que em 20 de janeiro realizaram o 4º Seminário de
456 Integração com coordenadores das instituições de ensino superior de São Paulo na sede do
457 IAB, pois não havia espaço no CAU, tendo como temática o estágio e a vivência prática no
458 ambiente profissional. Também informa que foram contatados recentemente por vários
459 coordenadores de curso pedindo apoio do Conselho na discussão da ausência de vagas de
460 estágio, pois é uma condição preconizada pelas diretrizes curriculares nacionais. Sendo assim,
461 ocorreram várias mesas de discussão onde estiveram presentes 21 instituições de ensino,
462 sendo 9 da capital, 12 do interior, e 6 entidades nacionais, contando com a presença da
463 presidente da Associação Brasileira do Ensino de Arquitetura e Urbanismo, ABEA, a presença
464 da conselheira Jacobina Vaisman, que é a presidente da ABAP, e da vice-presidente Luciana
465 Schenk, o vice-presidente da AsBEA, presidente do IAB/São Paulo, presidente do SASP, e a
466 acadêmica Daniela Fajer, que é diretora da FeNEA, além de diretores, conselheiros e
467 funcionários. Por fim, também informa que no dia 22 de janeiro será realizado o seminário de



468 integração da rede CAU como forma de capacitação, ensino, e ética por diferentes formas de
469 comunicação. Ele também ocorrerá no IAB, tendo sido confirmada a participação de 12
470 coordenadores das Comissões de Ensino e Formação, e Ética e Disciplina, de 12 estados.
471 Serão duas mesas, uma pela manhã com o tema “O ensino em um projeto de nação”, contando
472 com a presença do Presidente Gilberto Belleza, do conselheiro federal José Geraldini, e do
473 arquiteto e urbanista Goliardo Guimarães de Oliveira, coordenador do curso da Universidade
474 Federal do Mato Grosso do Sul, e uma à tarde, com a moderação da coordenadora da
475 Comissão de Ética e Disciplina, Rosana Ferrari, contando com a presença do Presidente
476 Haroldo Pinheiro, do arquiteto João Honório, e do conselheiro federal Renato Nunes. O
477 conselheiro **MÁRIO YOSHINAGA** inicia sua fala criticando obras mal projetadas, às vezes
478 construídas sem projeto, dando como exemplo um mirante em sua cidade e um chafariz
479 construído de maneira errônea na frente de uma igreja. Ressalta que há falta de acessibilidade
480 em vários locais, principalmente escolas e instituições de ensino, que concorda com as falas do
481 conselheiro Lúcio Machado, e que ele e os colegas não podem mais continuar omissos quanto
482 a essas questões. O Diretor de Relações Institucionais **CARLOS ALBERTO SILVEIRA PUPO**
483 inicia sua fala agradecendo a fala do conselheiro Lúcio Machado, e relata que estão à
484 disposição para parcerias com entidades através de convênios, e que alguns já estão em
485 andamento, como com o Ministério Público, com o Tribunal de Contas do Município de São
486 Paulo, que o Tribunal de Sorocaba já pediu uma parceria, e ressalta que estão abertos para
487 mais convênios. O conselheiro **ÉDER ROBERTO DA SILVA** inicia sua fala afirmando que ficou
488 surpreso com a renúncia dos colegas da Comissão de Ética, e que deveria ser sempre aberta a
489 palavra para a manifestação de qualquer conselheiro que, uma vez eleito para uma função,
490 decida se afastar ou renunciar ao cargo. Também diz que no dia 22 de janeiro ocorrerá o
491 supracitado seminário sobre capacitação e papel do ensino do CAU na capacitação e na
492 formação continuada em ética do exercício profissional, mas que entende, sendo membro
493 suplente da Comissão de Ética e Disciplina, que por se tratar de ética a própria participação e
494 envolvimento da sua Comissão deveria ser de uma forma diferente, explicitando que isso o
495 preocupou e motivou uma conversa com a coordenadora Rosana Ferrari, a qual explicou o
496 andamento dos fatos. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**
497 esclarece que os conselheiros Rogério Batagliesi e Jacobina Vaisman enviaram cartas quando
498 renunciaram seus cargos na Comissão de Ética e Disciplina. Diz a carta do conselheiro
499 Rogério Batagliesi: *"em função da demanda de tempo de minhas atividades profissionais bem*
500 *como o próprio CAU/SP em outra comissão que participo, entendo as metas que a Comissão*
501 *de Ética e Disciplina requer estão tornando minha permanência na referida comissão muito*
502 *problemática. Diante dessa situação, e posso assegurar que o motivo é somente este, solicito o*
503 *desligamento da mesma".* Diz a carta da conselheira Jacobina Vaisman: *"conforme informei na*
504 *última reunião do dia 21/12, não poderei continuar a participar dessa comissão, Nina Vaisman".*
505 A conselheira **SILVANA SERAFINO CAMBIAGHI** inicia sua fala pedindo uma reflexão sobre
506 uma colocação que fez ao Presidente Gilberto Belleza e Diretora de Ensino Débora Frazatto,



507 referente ao referido evento que acontecerá dia 22 de janeiro. Explica a conselheira que
508 realizarão um seminário de ensino justamente em um local inacessível, mas isso não pode
509 acontecer, pois vai contra a mensagem que querem passar. Ressalta que concorda com o
510 conselheiro Mário Yoshinaga, afirmando que a própria universidade onde cursou graduação e
511 mestrado, a FAU-Maranhão, continua inacessível. Por fim, destaca que não podem continuar a
512 ser coniventes com essas situações, que é necessário refletir acerca da questão da
513 acessibilidade nos locais considerados para eventos ou ações do CAU, e que estão prevendo
514 no GT de Acessibilidade, da qual é coordenadora, com uma série de cursos. A conselheira
515 **DÉBORA PINHEIRO FRAZATTO** concorda com a fala da conselheira Silvana Cambiaghi, mas
516 explica que como o evento não caberia no espaço do CAU e não há possibilidade de verba ou
517 possibilidade contratual com a empresa de eventos para contratar outro local, eles tiveram que
518 procurar outro com urgência. Procuraram os amigos, sendo acolhidos pelo Presidente José
519 Armênio, o qual disponibilizou um prédio em restauro. Informa ainda que informou o Presidente
520 José Armênio que abriria o evento fazendo um desagravo à condição de inacessibilidade,
521 tendo como resposta que o contrato de compra do elevador já havia sido efetuado e que no
522 máximo em cinco meses ele estaria instalado, o que garantiria a acessibilidade ao edifício. Por
523 fim, ressalta que ficou constrangida com a colocação da conselheira Silvana Cambiaghi,
524 porque é docente nessa área e não tinha como discordar da fala da conselheira, e se desculpa
525 ressaltando que *“os espaços não tem que ser acessíveis para nós dois, mas tem que ser*
526 *acessíveis para todos, esse é o conceito”*. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE**
527 **OLIVEIRA BELLEZA** agradece a presença de todos, deseja um bom ano, e encerra a 1ª
528 Sessão Plenária Ordinária de 2016.

529 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**
530 **Presidente**